

SUMÁRIO

Apresentação	13
Prefácio	15
IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	19
<i>Leonardo Branco</i>	
1 O imposto de importação como tributo aduaneiro em sentido estrito	19
2 Imposto de importação como espécie de “medida de fronteira” (tarifária)	21
3 Materialidade e aspecto temporal do imposto de importação	22
4 Sujeição ativa e passiva	24
5 A disciplina internacionalizada do imposto de importação	26
5.1 Extrafiscalidade e princípio da proteção tarifária exclusiva: a discriminação tolerada	26
5.1.1 Exceção ao princípio da anterioridade e mitigação do princípio da legalidade	27
5.2 Regime tarifário: a definição das alíquotas	28
5.2.1 A tarifa e o princípio da “nação mais favorecida”	28
5.2.2 A “lista de concessões” do sistema GATT	30
5.2.3 Tarifa Externa Comum (TEC)	32
5.2.4 Exceções tarifárias e o regime dos “ex-tarifários”	33
5.3 Base de cálculo: “valor aduaneiro”	35
6 Referências	37

TRIBUTOS INTERNOS INCIDENTES NA IMPORTAÇÃO	39
<i>Liziane Angelotti Meira</i>	
1 Introdução	39
2 Imposto sobre operações com produtos industrializados incidente sobre a operação de importação (IPI/importação ou IPI) ou IPI vinculado à importação (IPI/vinculado)	40
2.1 Jurisprudência	44
3 Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre a importação (ICMS/importação)	45
4 Contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público e contribuição para o financiamento da seguridade social incidentes sobre a importação (contribuição para o PIS/Pasep/importação e Cofins/importação)	46
5 Contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-combustíveis/importação)	50
6 Taxa pela utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior (taxa Siscomex)	52
7 Considerações finais	54
8 Referências	54
VALORAÇÃO ADUANEIRA	57
<i>Solon Sehn</i>	
1 Introdução	57
2 Métodos de valoração aduaneira	59
2.1 Método primário	59
2.2 Métodos secundários	72
(a) Método do valor da transação de mercadorias idênticas	73
(b) Método do valor da transação de mercadorias similares	74
(c) Método do valor dedutivo	76
(d) Método do valor computado	77
(e) Método do último recurso	77
3 Referências	78

A ATIVIDADE DE CLASSIFICAR MERCADORIAS	81
<i>Daniela Floriano</i>	
1 Introdução	81
2 Conceito	83
3 O Sistema Harmonizado e a Nomenclatura Comum do Mercosul	87
4 Instrumentos essenciais para a atividade de classificação: as Regras Gerais para Interpretação do Sistema Harmonizado, as Regras Complementares e as Notas Legais	91
5 Instrumentos subsidiários para classificação: as Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), os Pareceres de Classificação e os Ditames do Mercosul	93
6 Importância da atividade de classificar adequadamente as mercadorias	96
7 Conclusão	99
8 Referências	99
DESPACHO ADUANEIRO	101
<i>Rosaldo Trevisan</i>	
1 Definição e delimitação do escopo	101
2 Estrutura normativa e procedimental nacional	103
3 Despacho aduaneiro de importação	108
3.1 Tipos	110
3.1.1 Modelos de declaração de importação	110
3.1.2 Momento do registro da declaração de importação	111
3.1.3 Modalidades de importação	112
3.2 Etapas	114
3.2.1 Registro da declaração	114
3.2.2 Seleção para conferência aduaneira	115
3.2.3 Anexação de documentos pelo declarante	116
3.2.4 Conferência aduaneira	117
3.2.5 Liberação da mercadoria	118
3.2.6 Entrega da mercadoria ao importador	119
3.2.7 Conclusão do despacho	119

4 Despacho aduaneiro de exportação	121
4.1 Tipos	122
4.1.1 Modelos de declaração de exportação	122
4.1.2 Modalidades de exportação	123
4.2 Etapas	124
5 Referências	126
REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS	131
<i>Ana Clarissa Masuko dos Santos Araújo</i>	
1 Sobre os regimes aduaneiros especiais	131
2 Trânsito aduaneiro	138
3 Admissão temporária	138
3.1 Admissão temporária para aperfeiçoamento ativo	140
4 Exportação temporária	140
4.1 Exportação temporária para aperfeiçoamento passivo	141
5 Entrepasto aduaneiro	141
6 Depósitos	143
6.1 Depósito especial	143
6.2 Depósito adiantado (DAF)	144
6.3 Depósito alfandegado certificado (DAC)	144
6.4 Depósito franco	145
7 Loja franca	145
8 Zona franca	146
9 Áreas de livre comércio	147
10 Zonas de processamento de exportação	149

RECOF-SPED	151
<i>Flávia Holanda Gaeta</i>	
1 Introdução	151
2 Recof: evolução histórico-legislativa	152
3 Recof: condições gerais	154
4 Conclusões	163
5 Referências	164
INFRAÇÕES E PENALIDADES ADUANEIRAS:	
ASPECTOS GERAIS DO REGIME INFRACIONAL ADUANEIRO BRASILEIRO	165
<i>Rodrigo Mineiro Fernandes</i>	
1 Introdução ao regime infracional aduaneiro	166
2 Espécies de penalidades aduaneiras	172
3 Aplicação das penalidades	173
4 Harmonização internacional das sanções aduaneiras	175
4.1 Responsabilidade pela infração	177
4.2 Proporcionalidade das penalidades	179
4.3 Requisitos do auto de infração	180
4.4 Relevação da penalidade em caso de erros	180
4.5 Denúncia espontânea aduaneira	181
4.6 Grau recursal	185
5 Conclusão	187
6 Referências	188

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO ADUANEIRO	189
<i>Gilson Wessler Michels</i>	
Introdução	189
1 A natureza do julgamento em sede contenciosa administrativa	190
2 Princípios do processo administrativo fiscal	196
2.1 Princípio do informalismo	196
2.2 Princípio da verdade material	197
2.3 Princípio do devido processo legal	199
2.4 Princípios da ampla defesa e do contraditório	200
3 Os ritos no contencioso administrativo aduaneiro	201
3.1 A determinação e a exigência de créditos tributários decorrentes de infrações aduaneiras: o rito do Decreto n. 70.235/1972	202
3.1.1 Fase I – Ação fiscal (não contenciosa, conduzida pelas unidades da Secretaria da Receita Federal do Brasil com atribuição para fiscalização: Delegacias da Receita Federal do Brasil, Inspetorias da Receita Federal do Brasil etc.)	203
3.1.2 Fase II – Julgamento de primeira instância (Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento – DRJs)	204
3.1.3 Fase III – Julgamento de segunda instância (CARF)	206
3.1.4 Fase IV – Julgamento de instância especial (CSRF)	207
3.2 Os ritos específicos relativos a outros procedimentos aduaneiros	210
3.2.1 Processo de perdimento de mercadorias, veículos e moeda	210
3.2.1.1 Processo de aplicação da pena de perdimento de mercadoria e de veículo	210
3.2.1.2 Processo de perdimento de moeda	212
3.2.2 Processo de aplicação e de exigência de direitos <i>antidumping</i> e compensatórios	212
3.2.3 Processo de determinação e exigência das medidas de salvaguarda	213
3.2.4 Processo de determinação e exigência de direitos de natureza comercial	214
3.2.5 Processo de aplicação de sanções aos intervenientes nas operações de comércio exterior	215

4 Considerações finais	216
5 Referências	216

QUESTÕES CONTROVERTIDAS DE DIREITO ADUANEIRO NO CARF E NO JUDICIÁRIO	219
---	-----

Cláudio Augusto Gonçalves Pereira

1 Base de cálculo dos tributos aduaneiros: capatazia, DTHC, THC, frete e seguro	219
2 Quota de isenção aplicável ao regime de tributação simplificada	222
3 Definição de preços mínimos pelo Decex	223
4 Retenção de mercadorias no despacho de importação	225
5 Liberação por excesso de prazo na conferência aduaneira	229
6 Habilitação provisória do Radar e a preservação dos negócios jurídicos anteriores ao ato de cancelamento e suspensão	230
7 Denúncia espontânea e deveres instrumentais	231
8 Interposição fraudulenta: divergências de caracterização e principais questionamentos	233
9 Subvaloração e subfaturamento: aspectos materiais e procedimentais	234
10 Multa por classificação fiscal indevida: ausência de culpa ou dolo; Súmula CARF n. 161	242
11 Prescrição intercorrente no processo administrativo	244
12 Revisão aduaneira e canais de conferência	245
13 Referências	247